

60 anos do golpe de 1964 | Entrevista com Marcos Napolitano

60 years since the 1964 coup in Brazil | Interview with Marcos Napolitano

Marcos Napolitano*

Universidade Federal de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Entrevista realizada por e-mail, entre outubro e novembro de 2024, pela Equipe Editorial.

* Professor Titular da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutor e Mestre em História Social e graduado em História pela Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: napoli@usp.br
 <https://orcid.org/0000-0002-5336-2350>  <http://lattes.cnpq.br/1250692781738939>

Marcos Napolitano é Professor Titular Livre-docente de História do Brasil Independente da Universidade de São Paulo. É especialista no período do Brasil Republicano, com ênfase em história política, regime militar brasileiro e na área de história da cultura. Dedicou-se a pesquisas sobre as relações entre história e audiovisual, música popular, cinema brasileiro, contracultura e memória política sobre o período ditatorial.

É autor de *Juventude e Contracultura* (2023) e *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985)* (2017) e co-organizador dos livros *O cinema e as ditaduras militares* (2018), com Eduardo Morettin, e *Monumentos, memória e violência* (2022), com Rosane Kaminski.

* * *

A seu ver, que elementos históricos e historiográficos devem ser destacados neste aniversário do golpe de 1964 e do período ditatorial que se seguiu?

Nos últimos dez anos, tenho me dedicado a dois temas específicos: a história dos processos memoriais e a história política do golpe e da ditadura. Os ataques de negacionistas e revisionistas sobre a historiografia e o ensino em torno do golpe e da ditadura têm exigido um esforço concentrado de professores, pesquisadores e jornalistas com trânsito na área de História para reposicionar o debate em torno de balizas historiográficas chanceladas pela pesquisa. Obviamente, isso não implica em rejeitar revisões historiográficas calcadas em novas questões, novas fontes e novas abordagens. Mas é preciso combater a produção de mentiras sistemáticas em torno da ditadura ou que discursos meramente ideológicos se passem por revisão historiográfica séria. Este combate exige que a historiografia também se debruce, criticamente, sobre a construção social dos processos memoriais e os usos políticos do passado. Trata-se de uma operação delicada de defesa da análise histórica comprometida com a ética e a epistemologia consagradas pela disciplina, pois não podemos voltar para o culto inquestionável do fato pelo fato, como era no passado da nossa disciplina. A análise do processo histórico permite várias abordagens, revisões, agendas de pesquisa, perspectivas ideológicas, mas não deve ser diluída na mera “guerra de narrativas”, como defendem os revisionistas, nem se descolar completamente de perspectivas factuais, como querem os negacionistas.

Meu outro foco é a busca de uma história política do golpe e da ditadura a partir de uma perspectiva propriamente historiográfica, claro, sempre em diálogo com outras disciplinas como a ciência política e a sociologia, sobretudo. A questão é que só recentemente

os historiadores de ofício estão trabalhando o golpe e os processos políticos da ditadura. Até o início do século XXI, os trabalhos neste campo eram produzidos por cientistas políticos ou jornalistas-historiadores. Os primeiros, muito presos ao jogo político estrutural ou institucional, os segundos muito focados nas crônicas palacianas. Hoje, há muitos historiadores revisando os processos políticos do golpe e do regime, valorizando a diacronia, a indeterminação, a experiência do tempo pelos atores políticos, o papel da memória. Da minha parte, desde 2014, tenho tentado pensar o golpe a partir de uma combinação entre sucessão e simultaneidade de ações políticas, nem sempre encadeadas em termos causais e teleológicos, que explodem em 30 de março e se encerram (enquanto processo golpista propriamente dito) com a posse de Castelo Branco, em 15 de abril de 1964. Em relação ao regime, insisto na necessidade de criticar certa memória liberal que se construiu ainda nos anos 1970, calcada em alguns clichês explicativos, tais como o mito da “ditabrandia” (e a confusão conceitual entre o conceito de ditadura e “terrorismo de Estado”), a dicotomia entre militares duros e moderados como fator central da dinâmica política da ditadura, o papel de “fachada jurídica” dos Atos Institucionais e a visão simplista da “Abertura” como sinônimo de “redemocratização”. Esses são meus “cavalos de batalha” historiográficos (rs).

A partir de 2016, mas sobretudo durante o governo Bolsonaro, houve a desmobilização e mesmo o desmonte das iniciativas governamentais e institucionais referentes à “Justiça de Transição” – p.ex., Comissão da Anistia, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Mecanismo Nacional contra a Tortura, ações de reparação material ou simbólica, etc. Qual sua opinião a respeito e quais as perspectivas de uma “Justiça de Transição” no Brasil?

Acho que os processos memoriais e as políticas de memória sobre a ditadura brasileira vivem uma situação complexa e contraditória. Por um lado, se fala muito em ditadura e no golpe de 1964 na imprensa, nas instituições, nos movimentos sociais, na pesquisa acadêmica. Sem falar, na intensidade, quase nunca qualificada, dos debates nas redes sociais. Por outro lado, fala-se muito de um país sem memória, uma sociedade desinteressada no tema, que quer apagar o seu passado. Isso pode soar contraditório. Mas acho, justamente, que essa aparente contradição ocorre por conta da própria dialética entre memória e esquecimento, particularmente forte em torno de passados traumáticos e violentos. Talvez, o que explique esta sensação de “falta de memória” é a ausência de uma “justiça de transição” e de uma efetiva “política de memória” institucional, e com capilaridade social, devidamente articulada ao ensino de História no país. Ou seja, não basta um conjunto massivo, mas desarticulado, de narrativas críticas ou mesmo de pesquisas historiográficas sérias sem que elas se transformem em uma política de memória assumida pelo Estado e pelas instituições, capaz de reconstruir a cultura política brasileira em longo prazo e que se conecte com a defesa da democracia no dia-

a-dia da sociedade. Parece que condenamos a ditadura no atacado, elogiando de maneira abstrata as “resistências”, mas a assimilamos no varejo, no campo das ações contundentes que visem à justiça e à verdade como ferramentas de superação do autoritarismo de ontem e de hoje.

Como lhe parecem as iniciativas de Ensino de História da ditadura no Brasil?

Acho que há muito interesse no tema no ambiente escolar, público ou privado, sobretudo por parte dos estudantes. Há materiais didáticos interessantes, fontes digitalizadas, websites que podem ajudar o professor, livros e textos de apoio didáticos de boa qualidade. Por exemplo, o Memorial da Resistência de São Paulo recebe um bom número de visitantes, sobretudo escolares, ainda que seja um dos poucos espaços museológicos efetivos sobre o tema. Enfim, não se pode dizer que não há demanda dos alunos ou materiais para se desenvolver projeto e práticas escolares sobre o tema “ditadura”. Entretanto, o ensino da história da ditadura nas escolas foi particularmente afetado pelas ações sistemáticas da extrema direita contra a escola e contra o ensino, como se falar e compreender o autoritarismo ao longo da nossa história, e seus efeitos sociais, fosse mero proselitismo partidário de esquerda. Os professores ainda estão acuados. Aliás, eu sempre defendi que professores de história busquem ampliar seus conteúdos pessoais e desenvolver abordagens críticas e qualificadas, historiograficamente falando, sobre o tema, evitando adjetivos, clichês simplistas e discursos indignados, mas sem conteúdo, contra a ditadura. Na minha opinião, essa é uma premissa para combater o negacionismo e os revisionismos que começam nas redes sociais e chegam às salas de aula, apesar da escola ser o elo mais frágil desta luta.

Mas além dessa situação conjuntural que prejudica o ensino do tema, acho que há um ponto específico de natureza curricular. O ensino de história do Brasil contemporâneo, no qual se situa o componente curricular “golpe/ditadura” muitas vezes fica comprimido nos últimos meses do último ano do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. No caso deste último, a situação é mais complicada, pois os alunos estão em uma idade fundamental para formação de sua identidade cidadã, e acabam tendo pouco acesso escolar aos debates e dilemas da História do Brasil recente, pois já estão preocupados com o vestibular e com o encerramento do seu ciclo. Acho que alguns temas e categorias como colonização, escravidão, autoritarismo, democracia, deveriam ser estruturantes do ensino de História do Brasil, articulando a massa factual que por vezes fica dispersa ao longo dos anos escolares. Não sou favorável à volta da “história temática”, mas acho que é preciso articular conteúdos e saberes sobre a nossa História de maneira menos dispersa. Por fim, não podemos deixar de apontar que o próprio ensino de História nas escolas vem sendo esvaziado em termos de carga horária. Talvez, uma resposta a esta crise conjuntural e estrutural seria investir em projetos escolares integrados, interdisciplinares. O melhor dos mundos, do qual ainda estamos muito distantes, seria integrar

as atividades escolares a uma política de memória contundente e de Estado, independente de governantes, em torno da ditadura e de outras violências sociais e políticas ao longo da História brasileira. Mera utopia no contexto político-ideológico recente, mas não custa sonhar um pouco.

Referências

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos (Orgs.). *O cinema e as ditaduras militares*. São Paulo: Intermeios/FAMECOS/FAPESP, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico*. São Paulo: Intermeios; Casa de Artes e Livros, 2017.

NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). *Monumentos, memória e violência*. São Paulo: Letra & Voz, 2022.